



As virtudes e fraquezas dos jornais não são recatadas

22/07/2002

Registram-nas fielmente os delicados radares da opinião pública. Precisamos, por isso, derrubar inúmeros mitos que conspiram contra a credibilidade da imprensa. Um deles, talvez o mais resistente, é o dogma da objetividade absoluta. Inscrito em inúmeros códigos empoeirados, é de um vazio surpreendente. Transmite, num pomposo tom de verdade, a falsa certeza da neutralidade jornalística. Só que essa separação radical entre fatos e interpretações simplesmente não existe. Jornalistas não são autômatos.

Além disso, não se faz bom jornalismo sem emoção. A frieza é anti-humana e, portanto, antijornalística. Não se pode ouvir um corrupto com a mesma fleuma com que um inglês toma o chá das 5. A imprensa honesta e desengajada tem um compromisso com a verdade. A neutralidade é uma mentira, mas a imparcialidade é uma meta que deve ser perseguida. Todos os dias.

A busca da isenção enfrenta a sabotagem da manipulação deliberada, da preguiça profissional e da incompetência arrogante. O jornalista engajado é sempre um mau repórter. Não sabe, como sublinha o jornalista Carl Bernstein, que “o importante é saber escutar”. Esquece, ofuscado pela auto-suficiência, que as respostas são sempre mais importantes que as perguntas. A grande surpresa no jornalismo de qualidade é descobrir que “quase nunca uma história corresponde àquilo que imaginávamos”, sublinha Bernstein.

O bom repórter esquadrinha a realidade, o jornalista preconceituoso constrói a história. Todos os manuais de redação consagram a necessidade de ouvir os dois lados de um mesmo assunto. Trata-se de um esforço de isenção mínimo e incontornável. Mas algumas distorções transformam um princípio irretocável num jogo de aparência. A apuração de faz-de-conta representa uma das maiores agressões à ética informativa. Matérias previamente decididas em guetos engajados buscam a cumplicidade da imparcialidade aparente.

A decisão de ouvir o outro lado não é sincera, não se apóia na busca da verdade. É um artifício. O assalto à verdade culmina com uma estratégia exemplar: a repercussão seletiva. O pluralismo de fachada convoca, então, pretensos especialistas para declararem o que o repórter quer ouvir. Personalidades entrevistadas avalizam a “seriedade” da reportagem. Mata-se a informação. Cria-se a versão.

A precipitação e a falta de rigor são outros vírus que ameaçam a qualidade informativa. A manchete de impacto, oposta ao fato ou fora do contexto da matéria, transmite ao leitor o desconforto de um logro. Repórteres carentes de informação especializada e de documentação apropriada acabam sendo instrumentalizados pela fonte. Sobra declaração leviana, mas falta apuração rigorosa. A incompetência impune foge dos bancos de dados. Na falta da pergunta inteligente, a ditadura das aspas ocupa o lugar da informação.



O jornalismo de registro, burocrático e insosso, é o resultado acabado de uma perversa patologia: o despreparo de repórteres e a obsessão de editores com o fechamento. Quando editores não formam os seus repórteres; quando a qualidade é expulsa pela ditadura do deadline; quando as pautas não nascem da vida real, mas da cabeça de pauteiros anestesiados pelo clima rarefeito das redações, é preciso ter a coragem de repensar todo o processo.

A autocrítica interna deve ser acompanhada por um firme propósito de transparência e de retificação dos nossos equívocos. Uma imprensa ética sabe reconhecer os seus erros. As palavras podem informar corretamente, denunciar situações injustas, cobrar soluções. Mas podem também esquartejar reputações, destruir patrimônios, desinformar. Confessar um erro de português ou uma troca de legendas é relativamente fácil. Mas admitir a prática de atitudes de prejulgamento, de manipulação informativa ou de leviandade noticiosa exige coragem moral. Reconhecer o erro, limpa e abertamente, é o pré-requisito da qualidade e, por isso, um dos alicerces da credibilidade.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2002-jul-22/virtudes_fraquezas_jornais_nao_sao_recatadas/